

Live trata impactos da PEC 32 nas relações de trabalho no setor público



Nessa sexta-feira, 11, às 18 horas, Confetam, Fenasepe, Condsef/Fenadsef, CNTE e CNTSS se juntam na organização de mais uma live que tem como tema central a reforma Administrativa (PEC 32/20) e seus impactos para o setor público. A convidada dessa atividade é a professora da UFBA e pesquisadora do CRH, Graça Druk. A mediação fica por conta do secretário de Finanças da Condsef/Fenadsef, Pedro Armengol, e da vice-presidenta da Confetam, Cícera Batista. Você acompanha a transmissão direto em nosso Facebook clicando aqui. Envie comentários ao vivo. Não perca. Participe.

Entidades de servidores federais, estaduais e municipais em todo o Brasil realizam a transmissão simultânea em suas redes sociais do debate que vai tratar dos impactos da reforma Administrativa nas relações de trabalho no setor público. Como

concursos, estabilidade, cargos comissionados serão modificados caso o Congresso Nacional aprove a PEC 32 como está hoje na Comissão Especial da Câmara dos Deputados? O que é preciso para ajudar na luta contra a reforma Administrativa? Frear essa PEC é fundamental na defesa dos serviços públicos para impedir o desmonte do modelo de Estado assegurado pela Constituição.

A Comissão Especial instalada nessa quarta, 9, vai analisar o mérito da PEC 32/20. O próximo encontro acontece no dia 16 de junho. O deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA) foi indicado relator da matéria. Deputados membros da comissão vem declarando que não há intenção de atingir atuais servidores enquanto defendem que categorias hoje de fora do texto como magistrados, militares e parlamentares sejam incluídos na reforma.

Se votar, não volta

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) mostrou que a pressão a parlamentares vem surtindo efeito e continua sendo fundamental. Confira o nome dos deputados e deputadas membros dessa comissão especial e cobre de todos um voto em defesa dos direitos do povo brasileiro e, portanto, contra a reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes.

Fonte: Condsef



GEAP rompe acordo e quer cobrar dos servidores R\$ 250 milhões de plano de saúde



Desde que indicados do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) assumiram a diretoria- executiva da Fundação de Assistência ao Servidor Público (GEAP Saúde) e a presidência do Conselho de Administração (CONAD), eles vêm tomando decisões extremamente prejudiciais aos trabalhadores e trabalhadoras que pagam seus planos de saúde, administrados pela GEAP.

O general de divisão do Exército Brasileiro, Ricardo Marques Figueiredo, diretor-executivo, e Thiago Meirelles Fernandes Pereira, presidente do Conselho, subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, decidiram romper um acordo que já está selado na Justiça Federal, denuncia o Sindicato dos trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo (SINSSP)

O acordo homologado em 2018, que agora querem anular, foi feito com 28 sindicatos de servidores. Ele previa que os valores do plano de saúde para 2019, seriam reajustados entre 16 e 18%. A direção da GEAP, à época, queria reajustes entre 24% e 37%.

Depois de quase três anos do acordo firmado, os dirigentes, indicados pelo governo, querem cobrar dos servidores essa diferença alegando que a GEAP teve prejuízo financeiro. Só que a empresa em 2020 já absorveu esse suposto prejuízo. Caso a decisão seja imposta, a arrecadação deve ser de R\$ 250 milhões a mais, prejudicando 83 mil servidores, diz o SINSSP.

Além da cobrança indevida, os dirigentes do GEAP vêm mentindo aos servidores por meio de cartas, em que dizem que a cobrança foi autorizada pelo Conselho, formado por três pessoas indicadas pelo governo federal e três eleitas pelos trabalhadores. Ocorre que em virtude da pandemia, a posse dos novos conselheiros, eleitos, foi adiada por quase um ano. A nova direção só tomou posse no final de abril deste ano. Portanto, a resolução não foi aprovada.

“O comunicado da GEAP foi enviado aos beneficiários à revelia do Conselho de Administração, instância máxima de deliberação da operadora”, diz o SINSSP.

De acordo com o SINSSP, o Pre-

sidente do Conselho de Administração, tomou a decisão de publicar a Resolução Ad Referendum 492/2021, rompendo os acordos, sem consultar os demais conselheiros, o que é irregular pelo estatuto da GEAP.

Segundo o sindicato, desde que assumiu o cargo, Thiago Meirelles, publicou 21 resoluções Ad Referendum, mas essas medidas só podem ser tomadas em casos de extrema urgência, o que não é o caso do reajuste dos valores do plano de saúde dos servidores.

Diante de tal situação e de total desrespeito aos assistidos, associações e entidades sindicais que firmaram o acordo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT (CNTSS), enviou um ofício solicitando em caráter de urgência uma reunião com o Diretor Presidente da GEAP para tratar do assunto.

O SINSSP conclama a todos os servidores beneficiários da GEAP a se mobilizarem bem como todas as entidades sindicais envolvidas a unirem forças pela derrubada da Resolução ad Referendum 492/2020.

Como funciona a GEAP

O pagamento do plano de saúde é feito pelos servidores que arcam com 90% dos valores cobrados. As prestações variam de acordo com os salários e idade de cada contribuinte. A GEAP chega a arrecadar R\$ 2 bilhões ao ano.

O governo federal é responsável por contribuir com apenas 10% do total. No entanto, a direção da GEAP é de indicação do governo e presidente do Conselho tem o voto de desempate, em casos em que há impasse nas decisões postas em votação. Portanto, o dinheiro é do servidor, mas quem manda é o governo federal.

Fonte: CUT